

REVISTA DA FACUL-  
DADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



VOL. XXIII

1970-1971

# REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO

Presidente do Conselho do Instituto Jurídico

RAUL VENTURA

Director da Secção de Ciências Históricas

COSTA LEITE (LUMBRALES)

Director da Secção de Ciências Económicas

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA

Director da Secção de Ciências Políticas

PAULO CUNHA

Director da Secção de Ciências Jurídicas

## DOCTRINA

- Um «Conselho de Pedro Barbosa sobre a successão do Reino antes de El Rey Dom Sebastião partir para Africa»,* pelo Prof. NUNO J. ESPINOSA GOMES DA SILVA 7
- Conselho de Pedro Barbosa sobre a successão do Reino antes de El Rei Dom Sebastião partir para Africa .....* 21
- A moeda e a política monetária nos domínios interno e internacional — Esquema de um Curso de Economia Monetária,* pelo Lic. PAULO DE PITTA E CUNHA ..... 27

## DISCURSOS

- A alta figura de Armindo Monteiro: seu laborioso e apurado caminhar na vida,* pelo Prof. FERNANDO EMYG-DIO DA SILVA ..... 201

## JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- Forma da cláusula compromissória — Incumprimento do contrato-promessa,* pelo Prof. FERNANDO PESSOA JORGE ..... 229

## DOCUMENTOS

- Parecer do Conselho Escolar sobre a Reforma do Ensino* 261

## VIDA INTERNA

<i>Estatuto do Centro de Estudos de Direito Civil .....</i>	343
<i>Plano de trabalho para 1970 do Centro de Estudos de Direito Civil .....</i>	349
<i>Plano de trabalho para 1971 do Centro de Estudos de Direito Civil .....</i>	365
<i>Ano lectivo de 1969-1970 .....</i>	375
<i>Ano lectivo de 1970-1971 .....</i>	387

# A ALTA FIGURA DE ARMINDO MONTEIRO:

## SEU LABORIOSO E APRUMADO CAMINHAR NA VIDA (\*)

SENHOR DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO,  
EMINENTES COLEGAS,  
QUERIDOS ESTUDANTES,  
MINHAS SENHORAS,  
MEUS SENHORES:

### I

Os dois factos a que vou fazer alusão — passaram-se ambos nos primeiros anos lectivos da nossa Faculdade.

Havíamos convidado o famoso professor de direito público francês Léon Duguit a fazer uma conferência na sala dos espelhos — seu único luxo — do velho casarão do Campo de Santana. Como eu chegasse um pouco tarde, com a lição já começada, sentei-me apressadamente entre os alunos num lugar providencialmente encontrado vago.

---

(\*) Conferência proferida na Faculdade de Direito de Lisboa no dia 12 de Novembro de 1970, décimo quinto ano do falecimento do Prof. Armindo Monteiro.

E só no final me foi dado apresentar-me ao conferencista como um dos seus convidantes. — Sabe? disse-me ele. Eu tenho por hábito, quando falo, fixar ao acaso um dos meus ouvintes e, em caso propício, de o tomar como barómetro da atenção do auditório. Não sei se reparou. Mas esta noite foi para Você que especialmente preleccionei. A atenção com que me seguiu, aliás circundada de um silêncio que me pareceu, pelo menos, complacente, pude tomá-lo destarte como um índice benigno quanto ao êxito desta sempre contingente empresa de interessar o seu público.

Nasceram nesse dia as excelentes relações pessoais que até à sua morte me foi dado manter com o mestre da Universidade de Bordéus.

Por essa altura, pouco antes, ou pouco depois, não interessa precisá-lo, se passou o outro facto — facto similar, posso acrescentar agora — a que comecei por fazer alusão, ocorrido em 1915 ou 1916. As Finanças, já então a minha cadeira, eram ensinadas no 2.º ano — e só no fim desse ano os alunos eram chamados a dar conta do seu saber em um primeiro exame de conjunto ou exame de Estado, para usarmos da sua designação oficial. Ora aconteceu precisamente que, no meu quotidiano auditório, me foi dado, não por uma hora apenas e graças a um ouvinte escolhido ao acaso, (como havia sucedido comigo) mas, por uma seguida observação de vários dias, fixar a expressão de viva inteligência, o nunca diminuído grau de visível percepção da matéria exposta, notado em um dos meus alunos que pela compostura, nobreza do porte, exteriorizada simpatia me parecia dar nas vistas, como óbvio dever de um ensinante para indagar de quem

se tratava. Não pode haver aliás, quando se acerta, maior alegria, eivada talvez do pecado de orgulho, para quem ensina. É, se quiserem um jubiloso reencontro com a razão de ser da nossa profissão. Escuso de dizer o nome do estudante. É fácil agora de o adivinhar. Mas há cinquenta e cinco anos, quando o fortuito encontro se deu — não sabia nem de quem se tratava... nem de onde provinha, além de provir, claro, do 7.º ano do Liceu. Por sinal que, havendo eu presidido a exames finais num dos liceus de Lisboa, dei nesse meu curso com algumas caras conhecidas. Entre outros, dois já reputados escolares de grande classe, que ficaram na escola e na vida iguais a si mesmo: Francisco Vieira Machado e Francisco Leite Duarte. E um terceiro exemplar que me deu que fazer a vigiar a sua prova escrita de inglês: Alexandre Pinto Basto. Sabia mais da língua de Shakespeare que o próprio John Bull e, coração de ouro, entrara na sala com o mal dissimulado propósito de contagiar os mais com o que visivelmente lhe sobrava no britânico jeito de se exprimir por escrito.

Mas voltando ao enigma que pretendi esclarecer.

É fácil de imaginar que, surpreendido com o meu achado, fui nele concentrando um autêntico chuveiro de perguntas para o lugar — de foguetes, como se alcunhavam na gíria coimbrã; dei-lhe ensejo, como a outros mais, de fazer exposições orais sobre pontos concretos, mas de duração variável — para, nas mais extensas, dar aso a uma demonstração de saber e, nas mais curtas, a um próprio esforço de concisão; tentei averiguar da rapidez mental com que se encontraria apto a discernir ou a discutir; envolvi-o, à moda da época, com os que tinha

como melhores em sabatinas várias; e, à moda do Doutor Marnoco, passei ao curso uma dissertação de grande estilo sobre um tema de alto nível para ser presente oito dias antes do exame final.

Quer dizer, numa palavra, procurei ter em mão com os elementos de que um professor se pode servir para ajuizar dos valores relativos dos seus discentes — maneira tanto quanto possível segura de formar uma opinião valiosa, em particular, sobre aquele desconhecido mas notório ponto de mira da minha interessada curiosidade mental.

Não se fez esperar esse juízo — que, ao contrário do que, em terreno movediço, a mocidade tantas vezes traz consigo de cintilante como efémero — me apareceu desde logo como assente em bases firmes. O acaso conferiu-me o feliz privilégio de me antecipar nesse vaticínio. Era impossível, apresso-me a dizê-lo, que os outros o não vissem — e sem demora. Mas perdoem-me, se neste momento, com o tal vislumbre de pecaminoso orgulho, se lhe não junta uma imensa e pungente saudade!

Não havia, na verdade, qualquer dúvida possível. Lembro-me de que Rocha Saraiva — em tudo uma alma grande, à medida do seu talento — foi o primeiro que alvoroçado me veio confirmar, na minha certeza. E caso excepcional, acrescentava, o rapaz é tão francamente bom nas provas orais como nas escritas. Os seus pontos escritos são modelares, até servidos na sua arrumação pelo talhe miúdo e regular da própria letra...

O que, na verdade, surpreendia em Armindo Monteiro (parece-me ser tempo de lhe dizer o nome) era de nos encontrarmos em presença, na cercania dos seus

vinte anos, de um homem feito, ou seja, sem exagero, na plena maturidade do seu espírito. E fosse como fosse — não correu muito tempo sobre o nosso primeiro efeito de surpresa para se formar a seu respeito um segundo, consequente e seguro juízo: o professor estava à vista.

Vale, de resto, a pena demorar-nos por momentos, em exclusivo reportados ao seu tempo de estudante nesta Casa, para apurar o que avultou por precoce nesse já afirmado vigor mental.

A primeira virtude, bem discernida nas bancadas escolares, — foi o seu prodigioso poder de trabalho. E prodigioso até pelo radicado jeito de lhe multiplicar a produtividade por uma organização modelar, um certo Taylorismo, se me permitem a similitude, feito para com o mesmo esforço obter uma centuplicada colheita.

...Tem porventura seu interesse notar que esse poder de trabalho, com a aparência de inato, proveio de uma grave crise ocorrida por altura dos treze anos. O que veio a ser o estudante portentoso da nossa Faculdade havia sido, por essa idade, um inveterado cábula. E a tal ponto que o pai — com a paternal severidade de outros tempos, lhe falou desta expedita maneira: «Vejo com desgosto que não queres estudar. Trabalharás por outra forma. Entras amanhã mesmo como aprendiz na minha tipografia». O pai decididamente não estava a brincar: no dia seguinte o filho envergava a blusa de trabalho, e no ofício se manteve algumas semanas. Valeu-lhe a mãe, no seu amorável desvelo e como avalista da promessa de emenda feita pelo filho. Coisa curiosa. Os treze anos são, pelo visto, uma idade ingrata. Passei por idêntico transe. Meu

Pai, por sua vez, disse-me o seguinte: «Talvez não tenhas inteligência bastante para estudar. Daqui a pouco te darei outro destino...». Mas meu Pai, felizmente, não tinha nenhuma tipografia...

Já deixámos entrever o feitio organizador de Armindo Monteiro, ao aludirmos a essa espécie de Taylorismo que, aplicado à sua maneira de trabalhar, lhe permitia recolher uma ampliada produção. Pois bem. É em aliança estrita com a soberana disciplina mental de um organizador professo que teremos de considerar a ilimitada extensão do seu poder de trabalho. Nunca se poupou a esforços mas nunca deixou de lhes imprimir a aparência de um impecável ordenamento.

O ensino é, por excelência, o campo de acção onde semelhantes dons tomam mais particular relevo. Documentou-os, na verdade, em tudo esse privilegiado ensinante — tanto mais que o ínclito mestre de Lisboa ficou para sempre marcado pela notória vocação docente. Professor em tudo e acima de tudo. Releiam-se as suas dissertações de doutoramento e de concurso — em dois tomos, um verdadeiro tratado sobre o Orçamento. Veja-se a diferença entre as duas edições das suas lições de economia política, ambas da sua autoria, escritas a quinze anos de distância uma da outra (os quinze anos do intervalo que durou, como veremos, a sua sucessiva e multi-forme intervenção na vida pública) e como de tudo o que lhe apareceu, ou novo ou mudado, rápido deu conta a sua alvoroçada curiosidade para luminosamente o coordenar e expor. Veja-se quanto às suas memoráveis lições de direito fiscal: como desbravando denso, escuro e escuso mato, soube perscrutar as necessidades, remover

## A ALTA FIGURA DE ARMINDO MONTEIRO

as dúvidas, discernir as contradições, apontar os desvios, traçar a linha direita a que deveria regressar. Veja-se quanto à economia nacional: — e, magistralmente traçado, o quadro impressivo, vário, ora promissor, ora inquietante, que nos deixou entrever do seu potencial e da sua paisagem. Isto no que respeita aos mais notórios dos seus escritos universitários; mas em tudo o mais também, com particular referência a notas, relatórios, pareceres com que ilustrou a sua restante e multiforme actividade — quer dizer, em toda a obra legada, onde nos é dado auscultar o melhor de si mesmo, se encontra o sinal indelével deixado por esse radicado apego ao trabalho e por esse transparente dom de expor, com seguimento e ordem modelares, sem perda de espaço e sem erros de imprecisão, o que tem para nos confiar. Repito: Na patente ortodoxia dessa prosa a um tempo leve, clara e ordenada — antes de tudo me aparecem as suas nunca desmentidas faculdades de ensinante. Hoje é moda (não me levem a mal a irreverência) tornar o fácil — difícil: o bem está, parece, em que se não perceba: seja prosa, verso, desenho ou pintura. Armindo Monteiro, privando com o difícil, esforçou-se em o tornar de facilitado entendimento. Mas não estará precisamente aí o que há de melhor — no melhor dos prelectores?

Não faltaram aliás, em feliz conjunção, a um espírito de tão apurado quilate os privilegiados dons, a um tempo de percepção e equilíbrio, que trazem consigo uma confortável plenitude para acertar caminho na vida: assim, a acuidade associada à reflexão; o nunca desatento exame do pormenor como controle de urgência oposto à excessiva facilidade de generalizar; e, por sua

vez, como outorgado privilégio, esse para mim inominado dom de intuição — nome, na verdade, sem significado tangível, porque o inexprimível se não exprime. Foi com sólida base nesse conjunto, e precavido contra os excessos de velocidade, que tão bem regulado acelerador logrou imprimir o ritmo devido ao seu exuberante poder de trabalho.

Pode destarte quase dizer-se que o professor, na plena posse das virtudes do mister, precedeu a própria nomeação oficial. Mais até. Neste particular, o duplo e penoso baranco do doutoramento e do concurso serviram antes de oportuna contraprova de verdades já apuradas.

## II

Chegou o momento de considerarmos a viragem no destino de Armindo Monteiro.

Nas proximidades do ano 30, o *virus* político transfigurado no são propósito de servir era, com efeito, chamado a exercer sobre o jovem professor a sua natural sedução — e num interregno de quinze anos seguidos, com o desenrolar de uma existência pródiga na detenção de posições cimeiras (director-geral de estatística, subsecretário de Estado das Finanças, Ministro do Ultramar, Ministro dos Estrangeiros, Embaixador em Londres) foram-lhe sendo presentes a dimensão e o melindre do problema nacional e dado a aprender o duro mister de governar. Tenho para mim — numa incurável alergia, avessa a penetrar no subsolo e nos bastidores da proclamada «ânsia de mandar» — que, no caso do Doutor Armindo Monteiro, as virtudes do ensinante, a que perma-

neceu fiel, bastavam para o preservar da verberada «vã cobiça» que já o saber de Camões tinha marcadamente como o lado feio do mando.

Em qualquer dos cinco postos que sucessivamente ocupou não lhe faltou a tarefa ingente para com ela medir a sua capacidade de trabalho nem mesmo a insidiosa trama das falsas aparências, aptas tantas vezes a enlear o temeroso risco de decidir.

Seja como for, quanto ao meu biografado, depressa se dá conta do saldo da obra apresentada no seu trânsito pela vida pública do País.

O director-geral de Estatística, ao tomar conta, em 6 de Dezembro de 1928, do seu posto, podia dizer como o João da Ega, nos *Maias*, a propósito do improvisado hipódromo de Belém, onde tudo faltava para haver um campo de corridas — (pista, «jockeis», cavalos, apostas...) — mas de onde se via o Tejo. Na sua direcção-geral faltava igualmente quase tudo para haver estatística, mas das altas janelas de onde se poderiam debruçar os seus mal-parados funcionários — também se divisava o rio. A passagem de Armindo Monteiro pelo cargo fez com que se invertessem os termos ao quebrado: com a mudança da sede do Terreiro do Paço para a Casa Nova deixou, verdade seja, de se ver o Tejo, mas passou, em compensação, a haver estatística. Foi uma obra vasta e fulgurante. Passaram os vários boletins a aparecer sem atraso e ganharam as publicações de maior fôlego, além da assegurada pontualidade, um conteúdo fortemente enriquecido e de melhorada disposição. O próprio pessoal, contagiado pela acção da presença do chefe, adoptou o novo ritmo de trabalho. Segui, como professor de

estatística, essa obra de muito perto. Testemunho, nesta conformidade, como seu beneficiário indirecto.

Melhor do que eu, o Ministro das Finanças estava em posição para medir o alcance do trabalho realizado: Entendeu aproveitar o obreiro, em acrescido nível de funções. Em 27 de Novembro de 1929, levou à assinatura presidencial o decreto que o nomeava subsecretário de Estado do seu Ministério. Permaneceu dois anos nessas funções, desempenhadas em pleno decurso do saneamento financeiro. Não era que na mais caseira normalidade do posto fosse menos árdua a tarefa: simplesmente, o invisível tinha aí sobre o visível um bem mais vasto campo de acção.

Mas era por sua vez evidente que, apelando para um técnico da categoria do Doutor Armindo Monteiro, o artífice do saneamento e primeiro interessado na sua manutenção, a meio aliás da obra em curso, tinha sobretudo em mira utilizar esse seu eleito colaborador em tarefa de maior envergadura. Só quero lembrar uma das maiores: a reorganização do orçamento das despesas — e trago para o efeito o meu testemunho pessoal. O ministro, sabendo das minhas estreitas relações pessoais com o subsecretário de Estado, recomendou-lhe para o efeito que solicitasse a de certo modo indicada colaboração do professor de Finanças da sua Faculdade. E então deu-se precisamente a prova provada do que eu já tinha como certo: a minha rotunda negação para participar na acção política. O Doutor Armindo Monteiro trouxe para a elaboração do projecto em estudo a uniformizada carpintaria dos quadros de modo a permitir a hierarquizada disposição das despesas por cada serviço e a especificada totali-

zação de cada gasto no conjunto orçamental. Era o grosso da tarefa. E passou quase incólume na apurada revisão final que foi feita pelo Ministro. O meu *apport* para o projecto, inspirado no modelo britânico, cifrava-se na criação de um organismo baptizado com o nome de Intendência-Geral do Orçamento. Destinava-se a verificar, no controle da execução dos gastos, não o seu simples cabimento, quer dizer se a despesa a realizar cabia na verba orçada: Essa fiscalização de ordem material pertenceria à própria Direcção-Geral de Contabilidade. Eu visava, com a referida criação, a um outro apuramento — ou seja, se com um gasto menor se não poderia obter um resultado igual; seria na execução do orçamento das despesas a sua fiscalização, digamos, revisora de custo. E as duas fiscalizações, para serem ambas eficazes, nunca poderiam, segundo o meu critério, ser realizadas pela mesma entidade: tão diferente o objectivo de cada uma. O Ministro adoptou por inteiro a minha sugestão, tão conforme aliás à sua maneira de gerir os dinheiros públicos. Passou desta maneira inteirinha à própria lei. Simplesmente, nunca passou, na sua dualidade como eu a entendia, à prática. O mal devia estar na ausência total de inclinação por minha parte como realizador do bem público por via oficial. Foi assim que, porfiando no desejo de construir, virei de rumo — para criar algo de viável... no Parque das Laranjeiras. Algures havia de ser.

A carreira de homem público, a que eu era demonstradamente avesso, iria precisamente atingir, por essa altura e para Armindo Monteiro, o ponto mais pertinente da sua actuação: o Ministério do Ultramar. Formou-se aí, por sinal, com o posterior acesso à Embai-

xada de Londres, a conjugada pressão das malignas causas que lhe deviam encurtar a vida.

Reportemo-nos ao próprio momento da sua nomeação para Ministro do Ultramar, quer dizer ao ano de 1931. Talvez seja novidade para os mais novos — pensar que ficavam então bem mais longe da Metrópole do que hoje as distantes terras do nosso Além-Mar, tal a escassez das comunicações de então e a bem mais longa duração de cada viagem. A prolongada crise política, em que vivêramos largos anos, quase não havia, por sua vez, deixado entrever os seus mais salientes recursos, quanto mais um seu aproximado inventário global para estruturar o vislumbre de uma acção de conjunto. Para mais, com um equilíbrio orçamental metropolitano ainda precário — mal curados do mal crónico das finanças avariadas — e uma vez que vindo do Ultramar, de Angola sobretudo, se avolumava o risco de uma repercussão desastrosa na ainda escassa elasticidade das disponibilidades do Tesouro — é fácil de compreender o clima de apreensão então gerado e o que representou, como expressão de confiança, quer numa reclamada actuação de emergência, quer na melhor estruturação do governo das províncias ultramarinas, a investidura no cargo de ministro do Ultramar do Doutor Armindo Monteiro.

A escolha trazia o sinal do tempo, porque o homem escolhido seria o mais que todos presumido artífice para pôr em ordem o que ao longe aparecia como ainda mais desordenado e confuso e, sob a ameaça do dilúvio, reclamava, antes do mais, que se lhe estancassem as águas turvas para delas emergirmos, único expediente para vermos claro e depressa. O mal de certas contestações

(aliás em prejuízo do precioso bem de criticar) é muitas vezes o de se não reportarem à era visada para formar juízo válido sobre o que então se fez e não devia fazer ou devia fazer-se e não foi feito. Tenho para mim que a obra realizada sobretudo em Angola pelo Doutor Armindo Monteiro e posta, por exemplo, em paralelo com a visão do General Norton de Matos, seu predecessor de poucos anos, poderia oferecer o tema de uma elucidativa lição. Ambos visaram alto — e cada um, a seu modo, em obra eivada do sinal de grandeza. Para um deles — o fomento antes do mais — a urgência em Angola oferecia-lhe como opção a de construir, sem demora, no seu vasto território a magna rede de comunicações que permitisse correr a Província; porque só deste modo se lhe revelaria e canalizaria a própria riqueza; algo deixou, na espécie, de esboçado ou feito, com o vincado jeito de espectacular até; mas a inexistência dos quadros e a circundante penúria do mais não lhe deixaram fazer o resto; era o mal do tempo; o reconhecimento, como de uso, só tarde viria. Para o outro — de raízes mais fundas no contexto jurídico — a convicção, por sua vez, mais enraizada de que, sem estruturar a administração, não haveria piso viável para se empreender o restante; algo, neste particular, adiante o veremos, por sua vez, deixou feito, e de envergadura; mas com a saúde abalada não encontrou, vê-lo-emos também, ambiente propício no lugar quando, no plano monetário, e contra o escoar dos dinheiros de Angola, tentou para se lhe opor certo remédio de urgência. Mal, pelo visto, de todos os tempos, só poderia contar com uma tardia justiça.

No que toca à obra do ministro do Ultramar de 1931

— pode afoitamente dizer-se que procurou responder a um expressivo desígnio de reestruturação da vida administrativa, de praticado saneamento financeiro, de um esboçado dispositivo de opções governativas por sua ordem de premência e de uns primeiros e tímidos vislumbres, embora já melhor firmados, de alguns empreendimentos a mais longo prazo.

Dois resultados capitais atestam, em todo o caso, a amplidão e o melindre da obra realizada nesses penosos quatro anos de trabalho:

- a) A promulgação dos diplomas basilares de administração ultramarina, ou sejam a Carta Orgânica e a Reforma Administrativa, ambos do seu punho.
- b) A apresentação do orçamento e das contas em equilíbrio — facto inédito — nas oito províncias do Ultramar português.

Ambos falam por si.

Mas algo mais haverá que ter presente...

O ministro era forçado a operar em clima de precária informação. Não lhe faltaram trabalhos para ver claro — e parcós os recursos para acudir ao mais urgente. Organizador, aliás por excelência, certos planeamentos, de que ficou notícia, sofriam deste modo visíveis limitações, provindas da escassez de meios, para... não ficarem em meio. Não há, por dispersivos, que nomeá-los — e, dado o número, o seu próprio enunciado não caberia em regateados minutos.

Só de um ponto, nessa movimentada gerência, entendendo dar ainda breve notícia. Porque foi o seu ponto crucial. Até porque não perdeu, mudados os tempos,

certo sabor de actualidade. Refiro-me ao travão que se viu forçado a impor às transferências de Angola. Trouxe-lhe, na Província, de momento, clamorosa impopularidade. Teve de a enfrentar, apelando em cheio para os recursos da sua nativa coragem. Em larga parte infundados, por menos compreensivos no lugar — afinal, esses clamores. Porque a barreira que há perto de quarenta anos Armindo Monteiro se encontrou obrigado a opor às transferências — não acudiu só ao tesouro metropolitano, sem saúde bastante para lhe suportar o impacto: e essa já era razão procedente. Mas, por mais curioso, há sobretudo a assinalar o benefício superveniente e de certa maneira deferido à Província por essa medida de transitória emergência. A súbita dificuldade de trazer para cá o dinheiro importou o natural recurso de o empregar ali — e forçados embora, vultosos investimentos assim se fizeram. Ouvi ao engenheiro Vicente Ferreira, quando o Banco de Angola festejou os vinte e cinco anos de existência, em 1951, o categorizado testemunho da penitência que se impunha como ditada pelo arrependimento quanto a mal paradas acusações assacadas ao Ministro e provindas da não reconhecida mas benéfica incidência de um tão contestado proceder.

Nobres palavras. O pior era o mal sem remédio — que afectara para sempre um coração, de não menos alta nobreza moral. Mas a política (ai dos que nela se envolvem!) nunca foi versada nos cautelares preceitos que os cardiologistas recomendam para lhe não dar abalo.

O Doutor Armindo Monteiro deixou, em 1935, o ministério do Ultramar para sobraçar a pasta dos Negócios Estrangeiros. Ainda devia durar oito anos o inter-

regno que a carreira política lhe trouxe para o exercício do magistério. Simplesmente, daqui em diante torna-se mais difícil documentar alguns dos notórios passos dados. Envolve-os o segredo diplomático. E mantém-se a velha tradição portuguesa de mais numerosos do que os chamados livros brancos serem afinal, no capítulo, os livros... que ficaram em branco.

Se o professor Armindo Monteiro demorou quatro anos na gerência do Ministério do Ultramar, a passagem pelo Ministério dos Estrangeiros — posto seguinte dos que formaram a sua carreira política — cifrou-se em 18 meses de escassa permanência no Palácio das Necessidades.

Mas nem os tempos apareciam como propícios, nem o temperamento lho consentiria — para que o novo Ministro dos Estrangeiros encontrasse nas suas mudadas funções, ou um clima mais benigno, ou trabalhos menos esforçados. A guerra civil de Espanha, latente havia anos, entrara na fase aguda. O pior, além da vizinhança, ainda era a guerra que por conta própria, encorporada nas duas forças rivais, os outros vinham fazer em terra alheia. O sistema então inaugurado, com o seu milhão de mortos à mistura, parece que proliferou e anda agora de viagem no Próximo e no Extremo Oriente. Os extremos continuam-se pois a tocar. Mas estamos longe, na aliás já ultrapassada idade de Hiroshima, das façanhas de Aljubarrota. Deixou notoriamente de ser usada a cavalleiresca linguagem dos guerreiros de Fontenoy: «Messieurs les Anglais, tirez les premiers». Torna-se hoje mais frequente dar-se dinheiro para que os outros se possam bater e, quando os próprios se batem, não raro, irem, dissimulados, fazê-lo na casa alheia... Numa palavra,

## A ALTA FIGURA DE ARMINDO MONTEIRO

estendeu-se, em cheio, ao capítulo a despersonalização da era industrial. Não faltaram, pois, cuidados, ao Doutor Armindo Monteiro no gerir da nova pasta. Nem trabalhos assumidos, sem ser como implicação das desavenças exteriores. Antes de ir a Genebra defender a posição portuguesa, havia reformado o seu ministério. Curto parêntesis, no entanto, como já dissemos, o dessa sua passagem pelo Palácio das Necessidades. À volta de Genebra demitia-se do cargo. Se ocasionalmente algo pude inferir dos precedentes de difícil conformidade com a alta burocracia da casa — e que, porventura, motivaram essa saída, não me cabe referir o que não foi dito, e estou mais em condição de presumir do que de provar. Para mais, não seria de quebrar a discreção havida, que à decisão tomada imprimiu o seu cunho de elegância.

O mais espinhoso da sua operosa carreira estava para vir — e demorou pouco tempo. Apenas 13 dias foram, com efeito, os decorridos entre a saída da pasta dos Estrangeiros e a nomeação de Armindo Monteiro como nosso embaixador em Londres, firmada em 7 de Dezembro de 1936. Aí permaneceu quase até ao final de 1943. Para aferir do que podiam ter sido as agruras e sobressaltos desses sete anos basta lembrar que os preencheram a guerra civil de Espanha, finda em 1939, e a segunda guerra mundial começada em Setembro desse ano: ambas tocando-nos bem de perto e reflectindo a apreensão que pairava sobre o nosso próprio destino. Missão aliás tanto mais agreste porquanto se foi desenrolando num crescendo de trabalhos e de temor. Em 1940, Londres passara a posição-chave como último reduto dos Aliados. E se, em fins de 1943, já se entrevia a proximi-

dade do desfecho — o *quando* e o *como* só apareciam envoltos em mais adensado mistério.

O coração de Armindo Monteiro, que saíra abalado do Ministério do Ultramar, teve, pois, de enfrentar não poucas novas emoções. Só quero falar das duas espécies mais salientes: por um lado, as derivadas de um anseio de informar quem de direito, com o mais aproximado rigor, do que ia acontecendo, por entre a mobilidade dos dizeres recolhidos e a vertiginosa sucessão dos feitos que vinham a desenrolar-se; encontram-se, nesse particular, e, por sinal, numa feliz recolha dirigida pelo General Santos Costa, ofícios de Armindo Monteiro que são verdadeiras páginas de Antologia; por outro lado, os não menores embaraços provindos de se fazer entender com os seus interlocutores de Lisboa, que estavam longe e, obedecendo embora ao sinal comum do interesse português, podiam, às vezes, não falar a mesma linguagem. Poderia invocar uma terceira razão de alarme quanto ao clima criado para tratamento de um coração doente: os quase diários bombardeamentos de Londres pela aviação alemã. tropejar misturado ao do metralhar incessante da Royal Air Force, na sobre-humana defesa da Grã-Bretanha. «Horrendo, fero, ingente e temeroso», tenho para mim que o Poeta não renegaria, nessa ressurgida visão da Apocalipse, qualquer dos quatro adjectivos usados para dar conta de outra longínqua proeza, porventura não menos heróica, mas de certeza menos bulhenta. Mas aí, em todo o caso, certa feição do Embaixador, de que adiante darei notícia, era feita para entender o inglês falado na era churchiliana. E para o falar, ele próprio, uma vez, pelo menos, também.

## A ALTA FIGURA DE ARMINDO MONTEIRO

Anthony Eden, então Ministro dos Estrangeiros seu interlocutor, recordou o episódio no almoço de despedida oferecido pelo Governo Britânico ao Embaixador de Portugal. Num dos mais sinistros dias da guerra, Armindo Monteiro, segundo esse relato, encontrara-se com o referido homem público, visivelmente acabrunhado, à porta do Foreign Office — e que, de deprimido que estava, lhe não ocultou todo o negrume do seu desânimo: tudo estaria perdido. De homem para homem, o Embaixador, ao tomar o braço do Ministro, de pronto acudiu a tão intempestiva depressão. — «Como pânico já basta o que surpreendi na sua secretaria de Estado. Deixe-me reentrar consigo no seu Ministério e afine pelo meu um seu tranquilo sorriso». Datou desse dia entre os dois homens uma amizade que sobreviveu ao abandono da vida pública por parte de ambos.

Falta acrescentar. A seu modo, Winston Churchill, presente ao almoço, sublinhou a expressão de apreço com um pertinente gracejo. Ao que parece, o cozinheiro havia-o informado — sumo preto em era de penúria — de que se haviam quebrado trinta e sete ovos para cozinhar a refeição. A fim de tranquilizar tão zeloso artífice sobre qualquer suspeita de desperdício cometido, na emergência, pelo governo britânico, o Primeiro Ministro prometeu que à saída informaria o inquieto sucessor de Vatel sobre os direitos adquiridos pelo Embaixador de Portugal a semelhante dispêndio.

Tenho para mim que o referido episódio vale como atestado de competência profissional passado no país de destino em favor dos melhores interesses do país de origem. A simpatia, virtude humana, é conferida, pelo

visto, como às pedras de xadrez, o poder de se deslocarem com oportunidade e vantagem em certos tabuleiros, onde se jogam partidas de outro modo decisivas.

Um ponto convém, no entanto, sublinhar ainda, ao cair do pano sobre o que foi em Londres essa movimentada representação diplomática. Eram peculiarmente eivados do signo de agudeza, ao findar da sua missão, os melindrosos trabalhos que cumpria levar a cabo. Não está em causa, nestes apagados dizeres, dissertar sobre a clarividência de quem, no escalão supremo, e dada a acuidade dos riscos corridos, era chamado a resolver, e resolveu, com felicidade, o talvez até então mais intrincado problema de toda a nossa política exterior. Condenado, de resto, a suprir a escassez da documentação oficial vinda à luz do dia, — circunscreve-se o meu relato a tentar inferir do que pode ter sido a árdua tarefa do Embaixador, chamado por sua vez a informar e, sito no lugar onde se jogava a partida suprema, recolher e determinar, em balança de precisão, o peso e alcance dos dados, notícias ou presunções colhidas. Dúvidas havidas? Como se não poderão ter suscitado? Não estava acaso em jogo o dobrado propósito de salvar o presente — quer dizer, a integridade territorial ameaçada pela ocupação — e preservar o futuro, quer dizer, a própria sobrevivência do nosso lugar no mundo? Divergências? se as houve? Não habito a moradia dos deuses e nunca delas me competiria dar notícia. De longe, embora, e reportado ao tempo, compreendo-as e respeito-as. Só valorizam aliás o teor e a transcendência da decisão. Quanto ao que de mais perto ouvi ao Embaixador, já regressado do seu posto, apraz-me sublinhar que nunca vi posta em causa

a valia mental das razões que nem sempre eram as suas. A elegância nativa tinha-se juntado, uma vez mais, na espécie, ao que há de melhor nos usos diplomáticos.

### III

Com o seu regresso de Londres, em 1943, fechou-se o longo parêntesis de quinze anos na carreira docente do professor Armindo Monteiro. Este voltou sem divergir de si próprio, na mesma ânsia de trabalho e de amor à Casa: o desmesurado amor com que, por sinal, a tinha defendido, em 1927, quando chegou ao *Diário do Governo* o inconcebível propósito de retirar à capital o ensino do direito. Armindo Monteiro regressou assim à sua cadeira de economia política; regeu outras disciplinas afins; não se eximiu, em uma delas, a apontar com vigor certas práticas abusivas do direito fiscal; organizou cursos de seminário; editou renovados textos das suas lições. Mas a saúde é que infelizmente já não era a mesma. Todos acolhemos com alvoroço esse regresso duplamente feliz. Nem a Escola podia renunciar à subida vantagem de tal recuperação, nem o Mestre poderia reconhecer, sem um poiso no Campo de Santana, a reencontrada topografia de Lisboa. E mais tarde, como director da Faculdade, só lhe pedi, no interesse comum, que não trabalhasse demais. Prometeu-mo. Mas... o escrupuloso dever de servir ia encarregar-se de tornar falível o cumprimento da promessa. Morreu há pouco mais de quinze anos. E até às vésperas de morrer regeu um último curso de seminário para dois ou três alunos, conciliação a que chegáramos por fim em uma única sua consentida concessão,

porque a voz cansada já lhe não dava para abranger os grandes auditórios. Falou, por sinal, aos seus dois ou três últimos alunos, sobre Marx e sobre Keynes — esses dois monstros sagrados, ambos portadores, cada qual a seu modo, de ideias actuando a longo curso e de perene inquietação: um visando a corroer os fundamentos da economia dominante; o outro empenhado a revelar porventura mais de viés a fragilidade do que na ortodoxia monetária passava como de solidez indiscutida. Sabia escolher os temas de palpitante interesse — esse professor de grande estofo. Sabia, de resto, também discernir entre os seus alunos, como desde logo se me revelou no jantar oferecido em sua casa, a dois escolares para ele mais em evidência de um dos primeiros cursos que lhe foi dado reger. Chamavam-se Marcello Caetano e Domingos Monteiro. Dizia muitas vezes o Doutor Pulido Valente: médico que erra o diagnóstico pode perder o doente; médico que erra o prognóstico perde-se a si mesmo. Claro, o anfitrião desse remoto jantar, oferecido a dois segundanistas de Direito, não podia prever que um deles viria a ocupar, em melindrosa conjuntura, o posto cimeiro do nosso cenário político e que o outro encontraria lugar entre os mais destacados figurantes do nosso escol literário. Mas não há dúvida de que o prognóstico continha a longo prazo um não desmentido certificado de valor. Dom precioso, aliás, para um ensinante e para o ensino — o de tão sagaz intuição. A largos anos de distância, vindo da mesma origem, ainda se fez sentir, com felicidade, ao discernir e animar entre os seus alunos, o que veio a assegurar, com tão esmerado relevo, a sucessão na regência da minha cadeira.

Só não resisto à tentação de ainda juntar, no capítulo, um pequenino incidente com sabor de anedota, a um tempo demonstrativo do carinho do professor pelos seus discípulos e de certa benévola faceta do espírito do mestre. Ao findar uma sessão de exames, Armindo Monteiro, com vista na pauta, anunciou-nos para o dia seguinte um examinando até aí despercebido mas que ele reputava de invulgar inteligência. Não me lembro do nome do rapaz — mas lembro-me de que o exame desmentiu por inteiro a previsão anunciada e foi premiado com uns escassos 10 valores. O examinador visivelmente mal disposto deve ter fortemente increpado, nos bastidores da casa, o discípulo que de tal modo o levara a falhar na sua previsão. O certo é que no outro dia o autor da previsão falhada, depois de nos referir essas invectivas, reproduziu com mal contido sorriso a derimente que o acusado opôs à severidade do libelo: — «V. Ex.<sup>a</sup> com certeza, deve estar esquecido de tudo quanto pode acontecer a um homem... quando tem 19 anos de idade». Eu não lhes disse, acrescentou o Doutor Armindo Monteiro em ar de triunfo e com o recuperado orgulho de quem se não havia enganado: — Eu não lhes disse que o rapaz era muito inteligente?

Mas... Duas palavras ainda, para o conhecermos melhor.

Se Armindo Monteiro foi professor antes de tudo, como já notámos, e essa vocação decisiva se reflecte, quando propícia, nos vários postos da sua carreira, (exposições, pareceres, relatórios, articulados da lei, despachos — não faltam para o atestar), já duas vezes, nos referimos a uma sua outra patente virtude: primeiro, ao

fazer frente à impopularidade vinda do estancar das transferências de Angola; e depois para afrontar os riscos da sua presença em Londres durante a guerra. E esse predicado é o da coragem.

É a outra virtude que a par da vocação docente haverá sempre que nomear como característica de fundo da personalidade do Doutor Armindo Monteiro. Foi, de resto, bastas vezes posta à prova — e de cada vez com sobranceiro aprumo. A essa coragem, curiosa aproximação, alia-se a recordação do curso de oficial, contemporâneo dos últimos tempos da primeira guerra mundial e dos últimos anos da sua formatura. Nesse curso foi, como em direito, o primeiro. Mas algo lhe ficou da feição militar aí adquirida, — e que veio porventura acentuar com o uso da farda, o já reconhecido pendor da sua disciplina mental. Com os meus dez anos de mais velho, isto é, com mais demoradas raízes de formação no final do século XIX; aliados portanto os meus inveterados hábitos de paisano a certa irreverência e humor herdados dessa era, de tudo isso resultava o afigurarem-se-me por vezes, como falhas de maleabilidade, algumas das suas opiniões ou atitudes de mais acentuado rigor. — «Ao senhor faltou-lhe o quartel», disse-me ele uma vez, sorrindo, para pôr termo a um nosso amigável dissídio. «E a você sobeja-lhe» — retorqui de pronto.

Talvez, no fundo, ambos tivéssemos razão.

Seja como for, a estadia em Londres trouxe-lhe um mais pronunciado espírito de compreensão, sem perda do que sempre houve nele de verticalidade, quer na obediência sem servilismo, quer no mandar sem compromi-

sos. O heroísmo da idade britânica de 40 e a simultânea actuação de evoluídos usos políticos que haviam levado à unidade moral da nação só podiam, com efeito, influir para um ainda melhor ajustamento de dois predicados seus: o desassombro e a cortesia.

Estudantes, meus Amigos de sempre:

Haveis de ter reparado que ficou por fazer o exame da obra do professor Armindo Monteiro, tal como consta do vasto rol dos seus escritos. Como já o acentuei, haveria interesse em que fosse feito nesta Casa e nos, pelo menos, interessados estudos de administração ultramarina, economia política e direito fiscal.

Por minha parte, e na comemoração do 15.º aniversário do seu falecimento—eu só pretendi seguindo-lhe os passos da carreira, traçar o rápido perfil do Homem. Figura de nobre aparência, fica da sua não demorada passagem pela vida, a recordação de altaneiras virtudes. E apraz-me apontá-lo como válido modelo.

Tenho para mim que a independência, o sentido da responsabilidade, a abnegação e a inteireza, se não são os mais cómodos passaportes para fazer demasiado rápida fortuna—são os melhores atributos da saúde moral. Só há que temperá-los pela tolerância e pela bondade.

Afonso Lopes Vieira refere que em época agitada do fervilhar político e dando conta a Columbano do seu desânimo perante a inoperância de tantos vãos desacer-tos, postos a coberto de igual número de ilegítimas ambições, o grande pintor que, na sua prosseguida tarefa,

não havia parado de pintar, retorquiu-lhe com simplicidade, que não escondia um assomo de orgulho:

— Eu, por mim, sirvo o meu país — pintando.

Foi trabalhando que Armindo Monteiro, numa constante, afirmada em cada um dos postos ocupados, entendeu, ele também, servir o País.

O País — e esta Casa.

Foi, na ordem cronológica (dado já de si memorável) o primeiro Doutor em Direito da nossa Faculdade que veio a ser o primeiro Mestre saído das suas bancadas escolares. Honroso pergaminho de primazia que uma cintilante carreira, em clima de altitude, expressamente confirmou.

Homem de real talento, vontade forte e são proceder, foi por todos os títulos — pode afoitamente dizer-se — uma nobre figura do mundo português.

Evocando hoje a memória de Armindo Monteiro — estreitamente ligada a esta Escola, pela própria formação pessoal e pelo amor que lhe votou — orgulhosamente reivindicamos o havê-lo contado entre os nossos e, tornado assim em patenteado modelo caseiro, poderemos apontar à juventude, entre as demais, as duas proeminentes virtudes que tão largamente dignificou, e, quero crê-lo, em todos os tempos hão-de formar, por mais construtivas em sua aferida persistência e ostensivo aprumo, o melhor do património moral do homem: o TRABALHO e a CORAGEM.

FERNANDO EMYGDIO DA SILVA

(Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa)